

Trabalhadores do Centro Paula Souza reivindicam 67,62% de 96 a 2004

Depois de protagonizarem uma histórica greve no ano passado, que durou mais de 80 dias, os servidores e docentes do Centro Paula Souza (Ceeteps) entram na luta novamente. Eles integram a campanha salarial unificada com



o pessoal das universidades estaduais paulistas. A partir de 1996, o governo tucano decidiu descumprir a lei e suspendeu os reajustes concedidos pelo Cruesp, o que deixou a categoria com os salários bastante archoados. No período de 96 a 2004, poucos (e eleitores) reajustes foram concedidos. Com isso, o necessário para

equiparar o Centro às universidades é 67,62%.

Na Pauta Unificada de Reivindicações (veja ao lado), a maior parte dos itens é comum aos trabalhadores do Centro.

Além de levar os salários ao fundo do poço, o governador Alckmin ainda usa e abusa do bom nome das

escolas técnicas (ETE's) e Faculdades de Tecnologia (FATEC's), que compõem o Ceeteps. As últimas eleições que o digam...

Engrossar a campanha salarial unificada é muito importante. Por isso, participe do ato marcado para o dia 24/5, em São Paulo, a partir das 13 horas (veja convocação na capa). É hora de luta!

Estudantes também estão na luta

Assim como em 2004, quando foram um pilar decisivo na mobilização em defesa da universidade pública, os estudantes da USP, Unesp, Unicamp e FATEC's engrossam a campanha salarial 2005. Para eles, a assistência estudantil é fundamental, mas não é o único aspecto da pauta que os mobiliza.

"A unidade entre os três segmentos é estratégica para a universidade que

queremos, pública, gratuita e de qualidade", diz Márcio Rosa Azevedo, do DCE Livre da USP. Ele destaca que os estudantes querem que a negociação sobre a assistência estudantil se dê tanto no Cruesp quanto em cada universidade, separadamente. "Também achamos importante a reivindicação de limitação do número de alunos por sala de aula, como forma de garantir a qualidade", reforça Márcio, lembrando que a expansão de



vagas deve se dar com garantia de verbas.

Marina Kawanishi, do DCE da Unicamp, ressalta que a construção conjunta da pauta é uma conquista dos três segmentos. "A luta salarial de docentes e funcionários também é nossa, pois faz parte da batalha pela qualidade", diz ela.

Para Rafael Del'Omo, coordenador de mobilização do DCE da Unesp/FATEC (pela fração minoritária), "a luta conjunta com docentes e

servidores fortalece as reivindicações específicas dos discentes, como é o caso da assistência estudantil". Del convida os estudantes das três universidades e das FATEC's para um ato no dia 20/5, sexta-feira, a partir das 12 horas, na Av. Paulista (SP). A atividade foi definida no último CEEUF (Conselho de Entidades Estudantis da Unesp e FATEC). "Também estamos mobilizando para o ato do dia 24/5", completa ele.

Defesa dos aposentados

Um dos pontos da Pauta Unificada 2005 (veja ao lado) cobra dos reitores a necessidade de exigir do governo estadual a complementação do orçamento das universidades e do Ceeteps como forma de viabilizar o pagamento dos aposentados. Hoje, embora a contribuição do pessoal da ativa fique retida pelo governo, o pagamento dos aposentados está por conta das

instituições. A reivindicação é que eles sejam mantidos na folha das universidades - com todos os direitos preservados. Vamos discutir meios junto à Alesp e ao governo do estado, que garantam recursos para isso. Assim, a dotação fiscal da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps seria integralmente aplicada em ensino, pesquisa e extensão (o que o Fórum nomeou de "educação ativa").

A Pauta Unificada de Reivindicações 2005

1. REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

1. Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 13%);
2. Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;
3. Reposição das perdas salariais de 67,62% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de 1996-2004;

2. DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
2. Defesa do ensino de graduação de qualidade com a diminuição do número de alunos em sala de aula, tendo por meta o parâmetro de 30 estudantes em aulas expositivas;
3. Garantir o acesso à informação ao corpo da universidade, através da ampliação de bibliotecas e de seu acervo, da utilização de xerox e por via eletrônica, viabilizando condições mínimas para o desenvolvimento adequado do trabalho acadêmico. O controle da utilização do xerox e da reprodução por via eletrônica deve ser feito pela Universidade e não por órgãos de segurança externos a ela;
4. Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários;
5. Dotação orçamentária específica para manutenção da assistência estudantil e apresentação de um plano estratégico para sua ampliação nas três Universidades e no Centro Paula Souza, de forma a atender toda a demanda para todos os programas e ações: moradia, restaurante, bolsas de estudo e transporte, dentre outros;
6. Isonomia no auxílio alimentação para os funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps, no valor de 52% do salário mínimo.



3. DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

1. Compromisso dos Reitores em continuar a negociação de todos os itens de pauta que sejam remetidos à esfera específica de cada universidade;
2. Suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
3. Manutenção da isonomia salarial e paridade entre aposentados e o pessoal da ativa.

4. DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CEETEPS

1. Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade sustentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
2. Atuação contra as iniciativas do Governo Federal (PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Decreto sobre Fundações - nº 5205-,

Sinaes, anteprojeto de Lei do Ensino Superior), por ele intitulada "Reforma Universitária", que ferem a autonomia universitária, aprofundam o sucateamento das IES públicas, destinam recursos públicos para as instituições privadas de ensino e introduzem uma perspectiva utilitarista, mercantil e privatista para as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos;

3. Atuação em defesa de mais recursos para a educação pública brasileira, especialmente para que o governo Lula suspenda o veto do governo Fernando Henrique à meta do Plano Nacional de Educação de investimento de 7% do PIB brasileiro em educação;
4. Democratização do CEETEPS. Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp;
5. Lutar na LDO-2005 por ampliação dos recursos do ICMS: 11,6% para as Universidades Estaduais Paulistas e 2,1% para o CEETEPS;

6. Lutar para a aprovação de lei estadual garantindo, no mínimo, 9,57% da receita tributária do Estado, incluindo repasses federais, para as universidades públicas estaduais;
7. Considerando que o Governo do Estado entesoura toda a contribuição previdenciária de docentes e funcionários, discutir

meios, inclusive através da complementação do orçamento das Universidades Estaduais Paulistas pelo Governo do Estado para o pagamento dos aposentados, que viabilizem a aplicação integral da dotação fiscal da USP, Unesp, Unicamp e CEETEPS, em educação ativa;

8. Luta contra a sonegação e a renúncia fiscal no Estado, bem como contra o decreto estadual 48.034 que isenta de ICMS as compras dos órgãos Estaduais públicos, reduzindo recursos para a educação e outros serviços públicos e para os municípios;
9. Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado ao orçamento das universidades, garantindo o ensino público de qualidade e assistência estudantil;
10. Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos, pelo fim de qualquer convênio que transfira as responsabilidades acadêmicas das Universidades, ensino, pesquisa e extensão, a fundações privadas; ações estas que constituem formas de privatização interna e conduzem em curto prazo a mercantilização total das Universidades Públicas;
11. Preservar a vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
12. Discussão pública sobre o projeto de encampação das faculdades isoladas e institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, proposto pelo governo do Estado;
13. Não participação das Universidades Estaduais Paulistas no ENADE;
14. Defender o Plano Estadual de Educação - Proposta da Sociedade, trazendo este debate para o cotidiano das Universidades Estaduais Paulistas;
15. Compromisso dos Reitores em abrir ampla discussão, com toda a comunidade universitária, sobre democratização da estrutura de poder e processos estatuintes no âmbito local.